

**XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BELÉM – PA**

**TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS
E FILOSOFIA DO ESTADO**

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

VIVIAN DE ALMEIDA GREGORI TORRES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

T314

Teorias da democracia, direitos políticos e filosofia do estado [Recurso eletrônico on-line] organização

CONPEDI/CESUPA

Coordenadores: José Filomeno de Moraes Filho; Vivian de Almeida Gregori Torres – Florianópolis: CONPEDI, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-871-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Amazônia do Século XXI

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI (28 : 2019 : Belém, Brasil).

CDU: 34



XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS E FILOSOFIA DO ESTADO

Apresentação

Os trabalhos publicados nessa obra, tem como base os artigos científicos apresentados no Grupo de Trabalho: Teorias da Democracia, Direitos Políticos e Filosofia do Estado I, durante o XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI, ocorrido entre os dias 14 e 15 de novembro de 2019, no Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA - Campus Direito, na cidade de Belém/PA, sobre o tema “Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Amazônia do Século XXI”.

A proposta do trabalho é inovadora, vez que a partir da apresentação dos resumos relatados pelos pesquisadores, realizou-se um debate no âmbito do Grupo de Trabalho, facultando aos participantes a oportunidade de aprimorar a pesquisa realizada, bem como trocar experiências e informações.

O resultado obtido foram conceitos amadurecidas que espelham uma perspectiva ampla, sobre temas polêmicos e atuais, que também tem a pretensão de dar continuidade à ideia de divulgar a pesquisa produzida por alunos de pós-graduação.

O esforço e dedicação dos participantes foram fundamentais para o sucesso do Grupo de Trabalho e a expectativa é de que o debate ocorrido contribua para o aprimoramento do conhecimento da temática.

Os artigos científicos discutidos foram apresentados na ordem a seguir:

1 – “PRESIDENCIALISMO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA”, de autoria de Ana Tereza Duarte Lima de Barros. O estudo visou as Constituições latino-americanas, sendo constatado que estas dotaram os presidentes de fortes poderes legislativos, concluindo que o déficit democrático na América Latina não decorre puramente do presidencialismo, mas do tipo de presidencialismo adotado, que promove presidentes hiper fortes com permissão constitucional para atuarem ativamente na arena legislativa.

2 – “O QUE É ISSO TSE? RELEVÂNCIA JURÍDICA NO EXAME DA PROPORCIONALIDADE DA CASSAÇÃO DE MANDATO NAS REPRESENTAÇÕES DO ART. 30-A DA LEI N.º 9.504/97”, de autoria de Roney Carlos de Carvalho e Jéssica

Teles de Almeida. A pesquisa investigou os procedimentos de competência da Justiça Eleitoral que possuem como efeito a cassação de registro ou mandato, notadamente a representação prevista no art. 30-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, tendo por objetivo verificar a (in)existência de parâmetros para aferir a gravidade da conduta a fim de aplicar ou afastar sanção de negação ou cassação de diploma bem como a correção na aplicação da proporcionalidade.

3 – “DEMOCRATIZAÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL? LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL BOLIVIANA DE 2009”, de autoria de Ricardo Silveira Castro e Thaiane Correa Cristovam. O estudo focou na análise das modificações promovidas pela Constituição boliviana de 2009 na forma de composição do Poder Judiciário, com o fim de democratizar esta estrutura do Estado historicamente marcada pelo elitismo. Abordou ainda, o movimento do novo constitucionalismo latino-americano do século XXI, demonstrando que a relação entre a jurisdição constitucional e a democracia sofreu impactante alteração de concepção. Por final, a partir da identificação das rupturas promovidas com os modelos empírico-primitivo e tecnoburocrático que nortearam os desenhos institucionais implementados no século XX, a pesquisa identificou as limitações das inovações emergentes da experiência constitucional boliviana.

4 – “POLÍTICA, ESTADO E DEMOCRACIA: COMO A ARGENTINA ALCANÇA A MADURIDADE INSTITUCIONAL SOB A LUZ DE PAULO FREIRE”, de autoria de Plínio Antônio Britto Gentil e Ana Paula Jorge. A pesquisa aproximou os princípios educacionais de Paulo Freire, com a maneira como a Argentina enfrenta o terrorismo de Estado, ante a sistemática violação de direitos humanos, patrocinada por sua mais recente ditadura. Concluindo, a partir de saberes da principiologia freireana, que considera toda educação uma ação política, que o povo e as instituições daquele país superaram uma fase de identificação com o opressor e de falta de crença em si mesmos, alcançando um estágio de amadurecimento que lhes possibilita processar e julgar criminalmente os violadores, promovendo dessa forma um reencontro do Estado com a nação, fato que revela maturidade institucional.

5 – “A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUA INFLUÊNCIA NA DEMOCRACIA”, de autoria de Valéria Aurelina da Silva Leite e Zildenir de Souza e Silva Roldão. O estudo verificou a situação da discriminação e a violência doméstica contra as mulheres, bem como a gravidade do problema a partir de relatórios descritivos da violência doméstica. Foi ainda verificada a situação da mulher desprotegida diante da violência doméstica. As autoras concluíram que no espaço protegido pelo silêncio da vítima, a

formação para a empatia e a capacidade de ouvir a voz do outro permitem a eficácia dos direitos onde a jurisdição tem dificuldade para chegar e estimula a participação da mulher na democracia.

6 – “OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA DIGNIDADE HUMANA À LUZ DA DEMOCRACIA ASSOCIATIVA DE RONALD DWORKIN”, de autoria de Yasmim Salgado Santa Brígida e Victor Sales Pinheiro. A pesquisa analisou em que medida a dignidade humana é uma exigência ética na democracia associativa, a partir da concepção de dignidade humana de Ronald Dworkin, baseando-se nos princípios morais do valor intrínseco da vida e da responsabilidade pessoal, inspirados na ética kantiana. Os autores relacionam os institutos morais com a organização política social, em relação ao governo e ao judiciário. Por final, concluíram ser imprescindível o fortalecimento da democracia associativa visando o respeito às exigências da dignidade humana como limite às ações do governo para a vida boa.

7 – “CIDADANIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL”, de autoria de Lauren Lautenschlager Scalco e Tanise Zago Thomasi. O estudo apresentou a concepção da democracia no tempo e no espaço, desde suas origens, objetivando afirmar sua importância e atual existência no século XXI, partindo da sua gênese, adentra no sistema ateniense e romano, sequencialmente passa pelos desdobramentos, enfatizando as similitudes e diferenças do sistema moderno com o seu jogo de poder, cita a influência do autogoverno para examinar a realidade brasileira na construção da cidadania nacional. Por final, averigua os desafios da sociedade global. Os autores concluem pela crise democrática mundial, a qual desconsidera a realidade cosmopolita, e conseqüentemente, a necessidade de uma nova reconfiguração para a soberania popular.

8 – “A IGUALDADE POLÍTICA À LUZ DO PENSAMENTO DE RONALD DWORKIN”, de autoria de Camyla Galeão de Azevedo e Loiane da Ponte Souza Prado Verbicaro. A pesquisa discutiu o conceito de igualdade política a partir da teoria de Ronald Dworkin, investigando o seu modelo de democracia substancial, de parceria ou de coparticipação que é crítico aos pressupostos de uma democracia formal estruturada no majoritarismo. As autoras demonstraram que no modelo de democracia de Dworkin, bem como o seu ideal de igualdade política, as pessoas governam a si mesmas cada qual como associado ou parceiro de pleno direito da vida coletiva, de tal maneira que as decisões de uma maioria são democráticas apenas se garantem direitos de minorias.

9 – “ESTADO, DEMOCRACIA E DIREITO: UM ESTUDO SOBRE O VOTO DISTRITAL”, de autoria de Ester Oliveira Ferreira Aragão e Gerardo Clésio Maia Arruda. O trabalho explicita a importância do voto distrital para o aperfeiçoamento dos elementos

legitimadores da democracia republicana, bem como discute o Projeto de Emenda Constitucional - PEC 77/2003. Os autores contextualizam questões econômicas e políticas estruturais que obstaculizam a concretização dos direitos sociais positivados na Constituição de 1988, bem como apresentam elementos que contribuem para o fenômeno da descrença nos entes e nos agentes políticos. Por final, concluíram que o voto distrital é um instrumento capaz de melhorar a qualidade da democracia brasileira.

10 – “A LEGALIDADE ESTRITA E SUA APLICAÇÃO FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE NO JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS”, de autoria de Jose Ezequiel Albuquerque Bernardino e Carlos Marden Cabral Coutinho. No estudo, o autor bordou o uso indiscriminado dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade nos julgamentos dos processos de prestações de contas dos candidatos eleitorais na seara da Justiça Eleitoral, em detrimento das regras estabelecidas na própria legislação eleitoral, o que fez a partir de dois acórdãos paradigmas: um da instância ordinária e outro do Tribunal Superior Eleitoral.

11 – “O PROJETO PARLAMENTO JOVEM DO TRE/PR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO - PARANÁ”, de autoria de Paulo Roberto Braga Junior e Ana Paula Pavanini Navas. A pesquisa tratou do Projeto Parlamento Jovem, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em parceria com a Câmara Municipal do Município de Jacarezinho. Os autores mostraram a importância da participação política e democrática dos adolescentes em sua comunidade, por meio de ações educacionais, visitas guiadas, explanação de conceitos básicos sobre Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Projeto culmina na promoção de eleição de vereadores mirins/jovens, em processo eleitoral nas instituições de ensino, na qual ficou demonstrada a percepção dos alunos participantes quanto ao papel que lhes cabem em sua comunidade, enquanto inseridos na sociedade.

12 – “WALDRON CONTRA O JUDICIAL REVIEW EM DEFESA DO PONTO DE VISTA INSTITUCIONAL E DEMOCRÁTICO”, de autoria de Ayrton Borges Machado. O trabalho expôs como a crítica de Waldron sobre a judicial review tem também uma crítica mais profunda sobre o constitucionalismo e seu caráter antidemocrático. O autor inicia com uma crítica de Waldron diretamente sobre a prática do judicial review, depois apresentou a defesa do judicial review por Waluchow, através de sua teoria da autenticidade. Por fim, trouxe as respostas de Waldron a Waluchow, bem como sua tese central: que a sua crítica vai além de uma demissão do judicial review, e alcança uma dimensão a respeito da relação entre constitucionalismo, democracia e Estado de Direito.

13 – “O ARGUMENTO DEMOCRÁTICO COMO CRITÉRIO PARA A ESCOLHA DE MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, de autoria de Lincoln Mattos Magalhães e Jânio Pereira da Cunha. O estudo discutiu o procedimento disciplinado no art. 101, parágrafo único, da Constituição de 1988, problematizando a liturgia normativa de recrutamento de Ministros do Supremo Tribunal Federal mediante indicação direta do Presidente da República e aprovação majoritária do Senado. O questionamento central foi a adequação do método de escolha atualmente previsto e sua compatibilidade material com as ideias de democracia, de representatividade e de legitimação do poder judiciário como instituição incumbida de exercer o controle de constitucionalidade em última ratio.

14 – “AS VOZES DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE BELÉM/PARÁ”, de autoria de Helder Fadul Bitar. A pesquisa teve como objetivo demonstrar como a Praça da República se tornou um espaço referência do exercício da democracia participativa na cidade de Belém do Pará. Em conclusão, o autor, constatou que a Praça da República, resgatou os preceitos da democracia grega, onde a praça era o local de reunião e fala do povo, se tornou em Belém uma referência para manifestações e participação ativa da sociedade no exercício da democracia.

15 – “RELAÇÃO ENTRE MAX WEBER E A DEMOCRACIA”, de autoria de Vitor Hugo Duarte das Chagas. O trabalho fez uma análise da classificação que Max Weber realiza da modernidade e da democracia em si mesmos. Delineou a sociologia de Max Weber e seus conceitos essenciais, conceituou a modernidade em Max Weber, mostrando que a sociologia de Weber e a sua visão sobre a modernidade, conceituaram a democracia liberal. Por final, o autor, analisou a racionalização da democracia sob a perspectiva de Max Weber, nas duas formas apresentadas por ele, quais sejam, a democracia parlamentar e a democracia plebiscitária.

16 – “PARTICIPAÇÃO POPULAR E A (RE)DISCUSSÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO”, de autoria de Barbara Santos Rocha e Amanda Fernandes Leal. O estudo analisou a democracia no caso do referendo ocorrido no Brasil, no dia 23 de outubro de 2005, no qual a população foi consultada sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no território nacional e a reversão do que ficou decidido no referendo pela falha na aplicação do resultado da votação repercutindo como uma afronta para a Democracia.

17 – “LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ELEIÇÕES E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: PERSPECTIVAS A PARTIR DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 548 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, de autoria de Miguel

Angelo Aranega Garcia e Valter Moura do Carmo. A pesquisa abordou a ideia de propaganda no período eleitoral, seus conflitos com o princípio da liberdade de expressão e a autonomia universitária. Bem como analisou a decisão proferida na ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 548, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, na qual discutiu-se a respeito da autonomia universitária neste contexto.

18 – “O AUMENTO DA POBREZA E A CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: IMPACTO SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA A PARTIR DE HABERMAS”, de autoria de José Marcos Miné Vanzella e Jéssica Therezinha do Carmo Carvalho. O artigo apresentado tratou, a partir do pensamento de Habermas, do aumento da miséria e da pobreza, provocado por política econômica neoliberal, a qual geraria maior desigualdade social, desrespeitando o princípio da dignidade humana e infringindo princípios e direitos fundamentais socioeconômicos, da constituição da República Federativa do Brasil. Os autores, abordaram que a crise do Estado de bem-estar social, afeta a legitimidade do Estado democrático de Direito, sobrepondo o econômico sobre a solidariedade social, concluindo que a ação política na esfera pública e na sociedade civil podem, ser eficazes, reequilibrando o sistema.

19 – “FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO”, de autoria de Pedro Henrique Costa de Oliveira. A pesquisa analisou, a partir da evolução jurisprudencial do Poder Judiciário em matéria de direitos políticos das mulheres, o financiamento de campanhas eleitorais femininas. A prática revelou que as campanhas eleitorais das mulheres são subfinanciadas em relação às dos candidatos do sexo masculino, o que contribui, ainda mais, para a desigualdade entre candidatas e candidatos, vez que pesquisas demonstram que há uma íntima relação entre dinheiro e sucesso eleitoral. O autor, ao final, apresentou algumas propostas para que o financiamento das campanhas de homens e mulheres sejam mais igualitários.

20 – “O INDIVÍDUO E O MERCADO: SOB A PERSPECTIVA DO LIBERTARISMO DE NOZICK”, de autoria de Natália Ribeiro Machado Vilar e Alexandre Antonio Bruno da Silva. O trabalho testou a premissa da inviolabilidade do indivíduo na filosofia do Estado libertário de Robert Nozick. Os autores analisaram a proposição libertária sobre o indivíduo como fim em si mesmo, e não como meio à persecução de finalidades diversas. Ao final, concluíram que os indivíduos são os próprios instrumentos mercantilizados, sob o viés da liberdade de escolha.

21 – “A NATUREZA JURÍDICA SANCIONATÓRIA DOS ILÍCITOS ELEITORAIS “NÃO CRIMINAIS”, de autoria de Amanda Guimarães da Cunha e Luiz Magno Pinto

Bastos Junior. O estudo analisou a natureza jurídica dos ilícitos eleitorais não previstos como crimes, mas que apesar de sua característica sancionatória, são tratados como meros ilícitos civis. Como ponto de partida, os autores, estabeleceram que tais ilícitos são manifestação do jus puniendi estatal e devem estar tipicamente descritos. Pelos critérios bens jurídicos envolvidos, gravidade das sanções impostas e elementos subjetivos para imputação, concluíram que sua natureza é muito próxima a dos delitos, com isso, seu regime de apuração deve se aproximar das regras penais, reconhecendo a individualidade do ramo como parte de um direito sancionador eleitoral.

22 – “DEMOCRACIA MOÇAMBICANA À LUZ DO CONCEITO DE POLIARQUIA DE ROBERT DAHL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DEMOCRACY INDEX 2018”, de autoria de Lívia Chaves Leite e Simone Mayara Paiva Ferreira. A pesquisa analisou em que medida os eixos analíticos da Poliarquia de Robert Dahl influenciam na transição de classificação de Moçambique no ranking do Democracy Index de 2018, elaborado pela The Economist Intelligence Unit (The EIU), passando de uma “democracia híbrida” a um “autoritarismo”, bem como um possível retorno à classificação anterior diante de novas eleições em outubro de 2019. As autoras, concluíram que a situação político-estrutural das eleições autárquicas de 2018 mitigaram o pluralismo, a contestação pública e direitos fundamentais em razão do cenário de corrupções e confrontos entre os dois grandes partidos (FRELIMO e RENAMO).

23 – “A DEMOCRACIA E O PROBLEMA DA EFETIVAÇÃO: ENTRE A INTEGRIDADE E A ESFERA PÚBLICA DE DEBATE”, de autoria de Cora Coralina Alves da Silva. O trabalho apresentou a teoria política e jurídica de Dworkin de modo a extrair o seu fundamento em prol da democracia, a partir de seu conceito de obrigação associativa, bem como, analisou a teoria democrática de Axel Honneth. A partir de ambas as análises, sob a ótica da Filosofia e do Direito em Dworkin e, em Honneth, a luz da historicidade e da Sociologia, a autora disponibilizou uma construção que, ao menos de modo elucidativo, suplante as lacunas tanto em uma teoria quanto em outra, somando as vantagens de cada um dos olhares.

Como se vê, os artigos exploraram de forma ampla a pluralidade de temáticas decorrentes das questões que envolvem a democracia, os direitos políticos e a filosofia do Estado, assuntos que nos dias atuais tem despertado muito interesse em razão da crise política experimentada pelo país nos últimos anos.

Por fim, esperamos que a presente obra seja fonte de inspiração para o desenvolvimento de novos projetos e textos em defesa da democracia e dos direitos políticos.

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Universidade de Fortaleza

Profa. Dra. Vivian A. Gregori Torres - Universidade Metodista de Piracicaba/SP

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento.
Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**AS VOZES DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE BELÉM/PARÁ.
THE VOICES OF THE REPUBLIC SQUARE IN BELÉM/ PARÁ.**

Helder Fadul Bitar ¹

Resumo

A partir da revisão bibliográfica em livros, artigos, documentos e notícias veiculadas nos mais diversos jornais e partindo do método dedutivo, este artigo teve como objetivo principal demonstrar como a Praça da República se tornou um espaço referência do exercício da democracia participativa na cidade de Belém do Pará. Em conclusão, se constatou que a Praça da República, resgatando os preceitos da democracia grega, onde a praça era o local de reunião e fala do povo, se tornou em Belém uma referência para manifestações e participação ativa da sociedade no exercício da democracia.

Palavras-chave: Vozes, Espaços democráticos, Democracia participativa, Manifestações, Praça da república

Abstract/Resumen/Résumé

This article through a bibliographic and documentary research, and based on the deductive method, aimed to demonstrate how Republic Square became a reference space for the exercise of participatory democracy in the city of Belém/PA. In conclusion, the Republic Square, rescuing the precepts of Greek democracy, where the squares were a place of meet and speech, became in Belém/PA a reference for manifestations and active participation of society in the exercise of democracy.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Voices, Democratic spaces, Participatory democracy, Manifestations, Republic square

¹ Mestrando em DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

1 INTRODUÇÃO

Quantas vezes cabem em um espaço? Quantos significados uma praça pode ter para uma sociedade? Ao analisarmos a forma como os espaços públicos vêm sendo utilizados nas últimas décadas, podemos perceber que essas perguntas levantadas transcendem os conceitos básicos que existem com relação das praças, resgatando as origens históricas desses espaços públicos e tornando seus jardins, arvores e estatuas testemunhas da história de um povo.

A praça da república em Belém do Pará, inicialmente era somente um grande descampado que dividia os bairros no centro da cidade, sem vida, utilizado como um armazém de pólvora e servindo de local de enterro para os que eram segregados e sem condições aquisitivas no século XVII. Somente depois de alguns séculos, que se iniciou o processo de reurbanização e transformação na Praça da República para a que é conhecida até os dias atuais.

Este processo de reurbanização visou privilegiar a classe alta da sociedade belenense. Impulsionada pelo período da Belle Époque, a praça ganhou jardins e estatuas inspiradas nos jardins europeus e de outras cidades da América Latina para somar ao já construído Teatro da Paz, além de as construções dos seus entornos, que foram gradativamente foram erguidas para acompanhar essa modernidade e elitização do espaço. Desde então, a praça sofreu por poucas transformações físicas, sendo restauradas em determinados momentos no século XX, porém, a maior mudança que ocorreu nela, foi no sentido social, ocorrendo um rompimento dos status de elite e passando a ser um espaço de todos.

Como destaca Ricca Junior (2014) as praças quando idealizadas pelos gregos, eram um espaço destinado a reunir os cidadãos livres e debater os assuntos da polis, sendo o local de falar sobre política, vindo o mundo ocidental a herdar tal conceito. Com o passar dos séculos, o exercício da democracia englobou todos os cidadãos, que abraçaram a democracia de forma representativa, elegendo representantes para cuidarem de seus interesses e se distanciando dos principais debates.

Este distanciamento como será demonstrado, apresenta seus efeitos adversos, que levou a intensificação das falhas democráticas do sistema representativo, levando a população as ruas e praças do Brasil, buscando exercer de fato a sua cidadania e mudando o paradigma democrático, se aproximando dos ideias da democracia participativa.

É sob esta ótica de praça como espaço democrático e dando vozes a todos os tipos de manifestações que este artigo irá analisar como a Praça da República em Belém do Pará, se tornou uma referência na cidade para o exercício da democracia participativa pela população, abraçando todos os grupos, mesmo com perspectivas políticas antagônicas.

A partir da revisão bibliográfica em livros, artigos, documentos e notícias veiculadas nos mais diversos jornais, foi feita a coleta dos dados apresentados neste artigo, que se utilizando do método dedutivo, teve como objetivo principal demonstrar como a Praça da República em Belém do Pará, vem sendo utilizada pelas mais diversas vozes, como uma espaço de participação democrática, sempre ressignificando sua importância para a sociedade.

2 BASES DEMOCRATICAS

Os primeiros ideais democráticos surgiram na Grécia, nos primórdios das civilizações. Nesta época, não eram todos os que eram considerados cidadãos perante a polis, ficando diversos grupos sem direito a participação nas decisões da comunidade.

Em seu sentido epistemológico, democracia significa “o governo do povo”, englobando atualmente, todos os grupos da sociedade, de modo a garantir os direitos básicos. O conceito de democracia foi englobado pelo Estado Moderno, utilizando-se deste como uma forma de legitimação de seu próprio poder, já que houve a transferência das decisões por parte da sociedade para uma instancia superior de poderes que iriam tomar as decisões e gerir a condução do Estado, seguindo a lógica de governo da maioria.

Nas palavras de Rosenfield (1984):

O Estado democrático é, por assim dizer, um sistema político composto de múltiplas dimensões que se desenvolvem em diferentes níveis de profundidade. O seu ser é processual. Isto significa que a realidade produzida por um regime democrático constitui-se de várias formas de liberdades. A democracia engendra-se neste cruzamento de liberdades que, assim, a concretizam. (ROSENFELD, 1984)

O estado democrático de direito moderno, tem como base os ideais da democracia representativa, onde a mesma é exercida de forma indireta pelos representantes do povo. Neste sistema de representação, o povo é “chamado” periodicamente para exercer o direito a voto, escolhendo aqueles que irão representar os seus anseios e ser a voz dos eleitores perante o congresso nacional, não possuindo a população, de forma geral, um papel ativo de participação nas decisões que serão tomadas.

Desta forma, quando escolhidos os representantes, estes terão o poder de decidir sobre os assuntos que diretamente afetam a vida de toda a população, mas já sem a necessidade de consulta previa sobre as decisões que irão tomar. Esse tipo de distanciamento provocado por este sistema, criam rugas entre eleitores e eleitos, que aumentam a insatisfação geral da nação, acentuando as crises institucionais e criando ondas de ódio contra as instituições. Esta realidade é vivenciada no Brasil desde o ano de 2013, quando o nível de insatisfação da população contra o poder executivo, legislativo e judiciário, atingiu um grau elevado, que geral uma crise de

representatividade que é vivida até os dias atuais, com a desconfiança e represálias as instituições, ganhando força em tempos adversos.

Para Rosenfield (1984), o discurso político que na sua concepção democrática deveria simbolizar e representar os diversos anseios e opiniões dos mais diversos grupos, tornam-se “propriedade” de pequenos grupos de representantes, que impõem os anseios e medidas que acham mais relevantes, em detrimento de uma maioria que se encontra passiva.

As rugas criadas pela democracia representativa, levou a população as ruas das cidades por todo Brasil, alterando a forma como a população assistia passivamente as decisões tomadas pelos 3 poderes, passando então a se ter uma democracia participativa por parte da população.

2.1 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A democracia participativa demonstra-se como uma contraposição a democracia representativa, já que afasta a figura passiva da população, tendo em seu amago, uma participação maior dos diversos grupos da sociedade. A figura do governante que toma todas as decisões de forma arbitrária, utilizando-se da interpretação errada de ter sido eleito pela maioria, passa a sofrer cobranças constantes por seus atos, já que a apatia é uma falha que deve ser combatida dentro do ideal democrático.

Segundo Cunningham (2009), um dos pilares centrais da democracia participativa, seria a não existência de uma linha divisória que separasse o Estado da sociedade civil. Desta forma existindo a proximidade entre as partes, as políticas públicas e os serviços públicos, atenderiam aos anseios da população, respeitando as bases constitucionais estabelecidas. Deve-se destacar também, que a democracia participativa deve andar lado a lado com o Estado, e não impor a vontade da maioria, já que estariam de fora os interesses das minorias que possuem menos poder de participação, criando assim a tirania da maioria descrita por Tocqueville.

A democracia participativa busca levar aos diversos grupos e setores da sociedade, como escolas, universidades, ambientes de trabalho, sindicatos, a voz para debater os seus anseios e poderem efetivamente exercer a democracia. Este movimento busca diminuir os problemas trazidos pela apatia democrática do sistema representativo, criando fóruns de discussão constante, diminuindo a relutância da população em participar das decisões públicas e aprimorar o exercício da cidadania.

Atualmente no Brasil vemos diversos movimentos que buscam incluir na vida da população uma participação maior na vida pública, diminuindo a distância existente entre a sociedade e o Estado e preparando novas pessoas para levarem os interesses, principalmente das minorias, as mesas de discussão. Apesar disso, é constante vermos ataques a forma

participativa de democracia, já que a maioria da população ainda apresenta uma postura representativa com relação a efetividade dos seus direitos individuais ou da coletividade no geral.

Isto é um reflexo de uma sociedade plural e diversificada, onde nem sempre o consenso pode ser obtido, principalmente nos assuntos que são mais sensíveis e que reordenam a estrutura de vida da população. As pautas sociais diversas vezes encontram-se em rota de colisão entre os grupos que compõem a sociedade, bem como os debates travados no campo da política, criam um abismo social que se expande a cada dia. Positivo nesse contraste, é a tendência da população em sair de sua posição passiva e tomar as ruas, exercendo uma democracia participativa, buscando melhorias ou criticar as atitudes dos governantes.

Lançados as bases da democracia participativa, este artigo passa a contextualizar o principal espaço de manifestações democráticas em Belém do Pará nos últimos anos, a Praça da República.

3 A PRAÇA DA REPÚBLICA EM BELÉM DO PARÁ: DA REURBANIZAÇÃO DA BELLE ÉPOQUE À RESSIGNIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA.

O espaço onde hoje se encontra a Praça da República em Belém do Pará, já sofreu diversas transformações ao longo dos séculos, tendo diversas finalidades e passando por processos variados de urbanização. Esse complexo e intenso processo de expansão e modernização não ocorreu somente na área que consistia a praça, mas pode ser percebido em toda cidade de Belém.

No final do século XIX e início do Século XX, ocorreu o maior processo de urbanização e adequação paisagística da história de Belém, através dos esforços dos intendentos que governavam a cidade a época, mas principalmente dos esforços de Antônio Lemos. Dentre as diversas diretrizes que passaram a ser adotadas na cidade, na conhecida bella époque de Belém, percebeu-se a necessidade de ampliação e melhoria dos espaços públicos, principalmente na ampliação das praças e no aumento da vegetação aborígine para amenizar as condições climáticas.

Este modelo de reorganização urbana foi exportado da Europa, principalmente da cidade de Paris na França, como destacado por Andrade e Tângari (2002, p. 44) e trouxe um ar modernista as capitais brasileiras, acompanhadas pela cidade de Belém do Pará. Outras inspirações neste processo inovador na capital paraense, veio da própria América do Sul, mais especificamente, a cidade de Buenos Aires na Argentina, que serviu de inspiração para diversas obras públicas e arquitetura de prédios.

Com essas medidas, a cidade vai deixando para trás o estigma de atraso com relação a outras capitais brasileiras, se adequando a nova realidade do século XX e fazendo com que o grande fluxo de negociação da borracha, que empregava diversas pessoas na cidade e era a época o grande propulsor econômico da região, leva-se a cidade a uma nova realidade.

Um dos pontos de partida para a grande revitalização que passou a Praça da República foi à construção do Teatro da Paz ainda no ano de 1878, que como apontando por Barros e Serra (2017), foi criado com o intuito a compor um circuito de lazer direcionado aos barões da borracha e os grandes empresários que faziam negócios na cidade. Juntamente ao teatro, foi erguida a sua bilheteria na época de inauguração, um quiosque de arquitetura clássica que posteriormente, se tornaria um dos principais pontos de encontro cultura e de boêmia da cidade, o bar do parque, com uma importância impar nas manifestações culturais que serão abordadas posteriormente neste artigo.

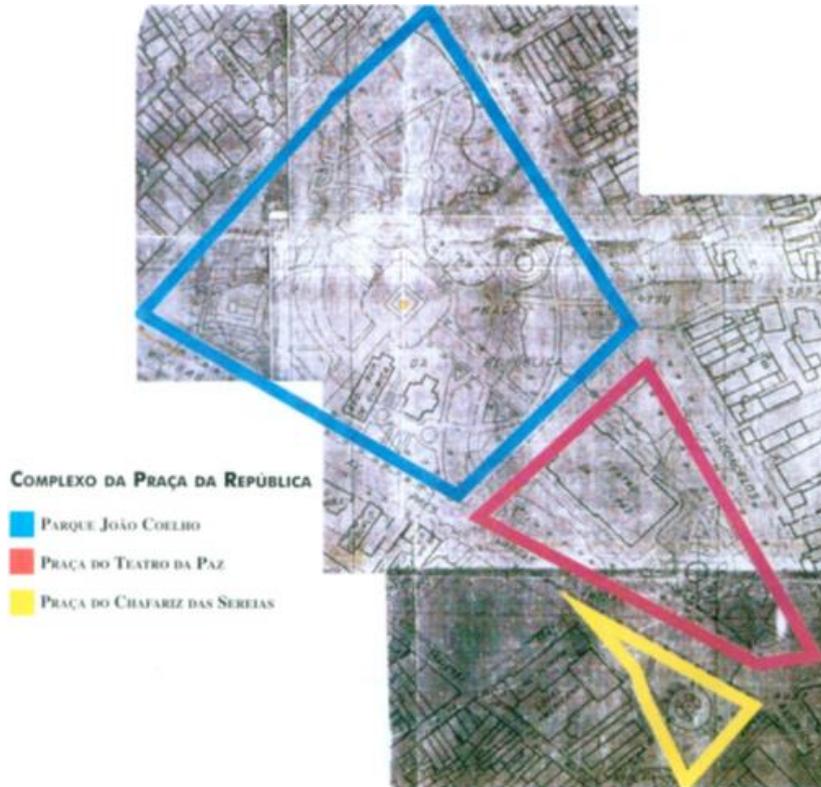
Outra construção icônica que remonta a época da belle époque e os entornos da praça da república é o Cine Olympia, considerado o cinema mais antigo em funcionamento no Brasil. A introdução de uma sala de projeção no início do século XX, foi um marco de modernidade na capital paraense, atraindo toda a elite da capital, que já via na praça e em seus entornos um ponto de encontro e lazer. O cinema nos tempos atuais, é patrimônio municipal tombado, além de um símbolo de resistência em face dos grandes cinemas que passaram a ocupar espaços em Shoppings Center e fazendo frente as produções “blockbusters” que ocupam as principais salas, se tornando um refúgio cultural para um circuito de cinema alternativo, considerado “cult”.

Todas essas construções marcantes são símbolos da época de maior expansão da praça, já recebendo todas as características que até os dias de hoje iriam compor tanto a sua forma de organização espacial, como seus adornos arquitetônicos e a flora que se estende por toda a sua área.

Enquanto a idealização política ficava nas mãos de Antônio Lemos, o projeto efetivamente foi realizado pelo seu braço direito Eduardo Hass, diretor da Diretoria de Parques e Jardins da Cidade, que era a época responsável por cuidar de todos os espaços públicos da cidade de Belém, sendo responsável por cuidar e planejar espaços como o Horto municipal, a Praça dos Estivadores, o Bosque Rodrigues Alves e o grande projeto da Praça da República.

A Praça da República é formada por três áreas adjacentes que se unem em um grande complexo. São dois quadriláteros que compõem a parte principal do corpo da praça e um triangulo adjacente que se encontra localizado do outro lado da Avenida Presidente Vargas, todos esses com sua importância para a concepção arquitetônica e cultural do espaço.

Figura 1 – Mapa da Praça da República



Fonte: Andrade e Tangâria (2002)

A primeira área, destacada em azul, é o Parque João Coelho, onde se encontra o monumento à República, ponto onde todas as vias que cortam a praça convergem até a área central. Esta área da praça possui diversas estruturas importadas da Europa, que compõem toda a sua ornamentação, estando presentes coretos, bancos e estatuas seguindo o padrão idealizado por Antônio Lemos, além de prédios de grande importância histórica e cultural para a o município de Belém, como o Teatro Waldemar Henrique e o Instituto de Ciências de Arte – ICA da Universidade Federal do Pará – UFPA.

O segundo quadrilátero em cor rosa, chamada de Praça do Teatro da Paz, não possui tantos ornamentos e construções históricas quanto ao descrito anteriormente, mas possuem uma importância primordial na composição arquitetônica do complexo como um todo. Este espaço caracteriza-se como os jardins do Teatro da Paz, apesar de não estarem diretamente ligados, devido a existência de uma via urbana que corta o espaço entre os dois, com diversas ornamentações que lembram os jardins Europeus.

Por fim, a última área que deve ser destacada que compõem o complexo da Praça da República, é a praça adjacente, conhecida como Praça do Chafariz das Sereias, que possui uma fonte importada da Europa, em bronze, que foi símbolo do embelezamento urbano proposto no início do século XX. Essa praça servia como ponto de encontro da elite da sociedade paraense, por se localizar em frente ao Cine Olympia e ao lado do Grande Hotel¹, sendo um dos espaços mais bem conservados a época do processo de reurbanização.

Todas essas áreas em conjunto, forma o complexo da Praça da República, que é um ponto de convergência de diversos bairros e ruas da cidade de Belém. De início como já mencionado anteriormente, era frequentada pela alta sociedade paraense, mas com o passar das décadas, o público que a frequenta passou por diversas transformações, bem como a sua finalidade. Se de início ela representada todo o glamour da reurbanização proposta pela bella époque, nos dias atuais, ela é símbolo da mistura de pessoas que compõem a população de Belém do Pará.

Percebe-se que no início de seu processo de reurbanização a intenção dos governantes a época, não era de se criar um espaço voltado a toda sociedade, sendo feitas diversas obras e melhorias buscando atrair aqueles que detinham as melhores condições econômicas e representavam a elite da cidade.

Hoje a praça vai muito além de sua estrutura física e de ser um ponto de passagem diário de milhares de pessoas, mas se tornou um símbolo de manifestações culturais, artísticas e democráticas, além das diversas feiras de artesanato e artigos locais que embelezam as suas calçadas:

Ainda hoje, a avenida e a Praça da República configuram-se como palco dos grandes eventos públicos, via/tambor dos apelos e manifestações da sociedade. Aos domingos, a multidão toma a praça em uma grande feira. Observa-se a invasão dos produtos chineses, CDs piratas etc. Efeitos visíveis da globalização, eles chegam a dividir em duas partes o calçadão da praça com as manufaturas populares. É a mixagem do momento? (FONSECA NETO, 2012)

A praça, para Rosenfield (1984), seguindo a forma de democracia proposta pelos gregos, seria o espaço de encontro da população, de reunião, onde a coletividade pode exercer o confronto de opiniões e exercer os seus direitos. Não somente a população passa a exercer a democracia participativa, mas também na praça é o local onde ela pode se identificar como um coletivo, como nação, estreita os laços e se unem em prol de melhorar a sociedade.

¹ O grande hotel foi construído dentro do período da belle époque em Belém, sendo a referência de luxo para aqueles que vinham conhecer a região. Sua edificação original foi demolida em 1970, sendo construído em seu lugar outro hotel, hoje nomeado Princesa Louçã.

Passaremos então a analisar como a Praça da República se tornou um espaço importante para manifestações democráticas na cidade de Belém do Pará.

4 AS VOZES DEMOCRÁTICAS NA PRAÇA DA REPÚBLICA

Conforme exposto anteriormente, o processo de reurbanização que passou a cidade de Belém do Pará no início do século XX, e como este processo implicou numa mudança das características do espaço em que fica a Praça da República, com a finalidade de atrair cada vez mais a elite que dominava a sociedade paraense no período da belle époque.

A mudança na realidade que ocorreu durante todo o século XX e principalmente com a transformação acelerada que a sociedade como um todo sofreu depois da introdução dos meios do grande aumento tecnológico e de comunicação instantânea no século XXI, rompeu de vez o paradigma dos frequentadores dos espaços públicos da cidade de Belém, em especial da praça, que passou a reunir todas as pessoas de diversas classes sociais em todas as atividades que ocorrem em sua área, introduzindo novos discursos:

O discurso democrático é assim, no seu próprio princípio, uma pluralidade de discursos, abertos à especificidade dos diferentes segmentos do real, à imprevisibilidade e à provisoriedade de tudo o que existe. (ROSENFELD, 1984)

Essa diversificação social é peça fundamental deste tópico, que irá abordar as manifestações democráticas que ocorrem na praça, abordando duas manifestações que demonstram com espaço pode abrigar os diversos tipos de posicionamentos e pensamentos. A primeira delas serão as manifestações pro impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, que ocorreram principalmente no ano de 2015, a segunda abordada, será as manifestações contra o corte no orçamento das universidades públicas realizadas pelo governo federal em maio de 2019.

Estas duas manifestações enquadram-se no conceito de democracia participativa trabalhado neste artigo, seguindo os ensinamentos de Cunningham (2009), pois houve uma quebra da posição de passividade da população a nível nacional e local, que tomaram as ruas para reivindicar mudanças políticas e criticar a postura do governo com relação aos gastos públicos. Neste sentido:

O Estado democrático representativo põe em cena um grupo ativo, encarregado da representação, e um grupo que, se permanece atomizado e voltado para satisfação dos interesses materiais, tende a passividade. (ROSENFELD, 1984)

As manifestações que tomaram as ruas no Brasil, principalmente a partir do ano de 2013, como relatado por Vieira (2018), onde os protestos, liderados principalmente por jovens, ganharam as ruas buscando reivindicar os direitos fundamentais, da democracia e do estado de direito da constituição de 1988. Porém estas manifestações logo mudaram de cara, perdendo o cunho de reivindicação de direitos constitucionais e passando a exigir o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Milhares de pessoas tomaram as ruas de diversas cidades brasileira, cobrando que o poder legislativo toma-se as providencias para que fosse aberto o processo de impeachment e afastada do cargo a ex-presidente. Essas manifestações, foram impulsionados principalmente pela memória dos episódios de corrupção descobertos com o julgamento do Mensalão e das operações e prisões realizadas pela operação lava jato, sendo uma das bandeiras defendidas pelos manifestações, o combate a corrupção, em muito atribuída por estes ao partido da ex-presidente.

Em Belém, a Praça da República foi o principal palco de manifestações, reunindo diversas milhares de pessoas, que demonstraram efetivamente como a sociedade rompeu com o paradigma da democracia representativa, buscando cada vez mais participar e reivindicar suas pautas perante os governantes.

Imagem 1 – Manifestações pro impeachment de Dilma Roussef



Fonte: G1 Pará

Essas manifestações que resultaram no processo de impeachment da ex-presidente Dilma, deram início a um processo de instabilidade política entre todos os poderes da nossa república, ficando mais evidente o conflito aberto entre o poder executivo e o poder legislativo, onde as prerrogativas institucionais e os mandatos passaram a ser moeda de ameaça e retaliação institucional. No campo social, ocorreu uma polarização política da sociedade, colocando de um lado aqueles que defendiam o impeachment e aqueles que defendem ter havido uma ruptura democrática no país, conforme se observa:

Num contexto de alta complexidade e forte polarização política, assistimos a uma batalha de narrativas. De um lado se colocam aqueles que entendem que a ordem constitucional brasileira vem sendo duramente atacada por uma série de “golpes” que culminaram com o afastamento ilegítimo da ex-presidente Dilma Rousseff do poder, assim como com o “impeachment preventivo” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso e impedido de se candidatar nas eleições de 2018. (...) Para os que se valem de uma narrativa contraposta, a crise política em que estamos imersos não configuraria uma ruptura da ordem constitucional. Ao contrário, resulta de um processo de amadurecimento das instituições, em especial as responsáveis pela aplicação da lei. À medida que as agências de controle se tornaram mais eficientes e autônomas, os espaços de ação da política patrimonialista foram se reduzindo. Conforme argumenta Marcus André Melo, o impeachment de Dilma teria decorrido, sobretudo, da associação entre um devastador escândalo de corrupção, trazido à luz pela Operação Lava Jato, e uma profunda crise econômica, com graves consequências sociais. (VIEIRA, 2018)

A instabilidade iniciada em 2013 e acentuada no processo de impeachment, influenciou diretamente as eleições presidenciais de 2018, com uma polarização nunca antes visto no Brasil, resultando numa campanha fortemente baseada na desinformação e ataques pessoais aos candidatos, que resultou numa vitória da maioria que anos antes exigiu a saída da ex-presidente Dilma Rousseff e que trouxe um novo posicionamento social e político para o governo federal.

Com o resultado das eleições de 2018, a nova postura do Governo Federal com relação a diversas matérias sociais, principalmente aquelas que vão de encontro às políticas ideológicas defendidas pelos integrantes da alta cúpula do poder executivo, passaram a sofrer ataques diretos de diversos setores do governo, sofrendo cortes, demissões em massa e regulações das atividades das instituições de forma que não se via no Brasil desde as últimas décadas no século XX.

Um dos principais cortes realizados este ano, afetou os orçamentos das Universidades Federais, que tiveram diminuído os repasses de verbas pelo Ministério da Educação em 30%²

² Dados retirados da reportagem “**Corte de 30% da verba valerá para todas as universidades federais, diz MEC**”. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30-da-verba-para-todas-as-federais.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 26/07/2019.

(trinta por cento), afetando diversos setores das universidades, principalmente as que envolvem as pesquisas. Milhares de estudantes foram afetados com essa medida, sendo canceladas bolsas de pesquisa, universidades perdendo verba para dar continuidade ao programa de assistência estudantil, além da impossibilidade de arcar com gastos básicos como terceirizados que cuidam da limpeza das instituições e manutenção do serviço de água e luz dentro das dependências.

Diante de tal situação, os estudantes de todo o país tomaram as ruas das cidades, em diversos protestos contra a política do atual governo de cortes na educação, em movimento muito semelhante ao que se viu em 2013, como explicado anteriormente.

A iniciativa dos estudantes em tomar as ruas em forma de protesto, se demonstrar como um resgate das origens da democracia participativa, conforme leciona Cunningham (2009):

Um alvo principal de atenção para os primeiros participacionistas, foram as universidades, sobre as quais os estudantes radicais insistiram e algumas vezes asseguraram uma democratização parcial, envolvendo estudantes na tomada de decisão no nível das aulas, bem como em comitês e coisas semelhantes como políticas curriculares e de graduação. (CUNNINGHAM, 2009)

Em Belém, o principal ponto de concentração dos estudantes, professores e da população em geral que era contra a redução das verbas, se deu na praça da república, que ficou tomada por uma multidão de jovens que se uniu contra a tentativa de desmanche da educação pública. Essa concentração na praça da república é marcante, por ser um contraponto com a imagem que se tinha da época da belle époque, principalmente quando vemos imagens dos jovens estudantes tomando a rua em frente ao teatro da paz:

Imagem 2 – Manifestações contra cortes realizados na educação pelo Governo Federal.



Fonte: Fotografia Juliana Machado. Acervo Pessoal.

Portanto podemos observar que rompendo com o paradigma que foi proposto no período da reurbanização feita por Antônio Lemos, a Praça da República se tornou um símbolo da diversidade da sociedade paraense como um todo, sendo sempre um ponto de convergência de todas as manifestações, todas as formas de se expressar, possuindo um papel fundamental na forma de identidade do povo. Neste sentido:

O processo de identificação da comunidade consigo mesma opera-se através do comparecimento dos cidadãos na praça pública, os quais, assim, fazem do público a forma mediante a qual a “cidade” apresenta-se a si pela atividade política do conjunto da coletividade. (ROSENFELD, 1984)

A praça se tornou muito mais que um espaço físico entranhado no meio da cidade, mas sim uma referência de resistência e manifestação que irá perpetuar por outras gerações, trazendo consigo todas as suas características europeias, desde as estatuais que a compõem, como o espírito revolucionário e de luta.

Sendo assim, para preservá-la e manter o símbolo da república e da democracia:

Imagem 3 – Estudante segurando cartaz de mobilização contra os cortes na educação



Fonte: Fotografia Juliana Machado. Acervo Pessoal.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal, demonstrar como a Praça da República em Belém do Pará, vem sendo utilizada pelas mais diversas vozes, como um espaço de participação democrática, sempre ressignificando sua importância para a sociedade.

Partindo do pressuposto de que as praças são locais públicos em que a população ganha voz, podendo expressar suas opiniões, costumes, crenças, vemos que estes espaços se mostram democráticos aos diversos tipos de manifestações. Podemos concluir primeiramente que elas são um local onde a sociedade se encontra, nos momentos de laser e de caos, na calma e na inquietude, na celebração e na revolução, sempre convergindo as pessoas de diferentes crenças, ideologias, costumes e posição social.

A partir disto, podemos concluir que a Praça da República na cidade de Belém, apresenta todos esses critérios, pois desde a sua formação histórica, fisicamente teve diversas finalidades, passando por um processo de reurbanização e modificação para atender os padrões europeus da alta sociedade paraense do início do século XX e socialmente, se transformando com o passar das décadas de um local frequentado apenas pela elite, e se tornando um espaço democrático.

As bases democráticas que serviram como base teórica deste artigo, nos mostra que esta visão de praça como espaço democrático, acompanha a humanidade desde a Grécia antiga, apesar de que nesta época, nem todos eram considerados cidadãos, da forma como a democracia atual sustenta.

Nos Estados de Direito modernos, apesar de todos poderem exercer os seus direitos democráticos, em via de regra, existe uma tendência a democracia representativa, onde os eleitos representariam a vontade do povo perante o congresso constituído pelo voto. Esse modelo se mostrou desgastado, criando uma sociedade passiva e resignada com relação as vontades dos que comandam, pois provoca um afastamento e indignação entre a população e as instituições.

A grande quebra de paradigma que ocorreu nos últimos anos no Brasil e o intenso processo de mobilizações sociais nas ruas, se deu muito pela mudança de postura da população, que passou a exercer seu papel dentro da democracia, dentro do conceito de democracia participativa, cobrando mudanças e reivindicando suas pautas.

As duas manifestações trabalhadas neste artigo, tanto as dos anos entre 2013 e 2016, que culminaram num processo de instabilidade jurídica com o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, quanto as atuais manifestações estudantis contra os cortes de verba na educação pública, possuem um fio que os interliga diretamente, podendo até se concluir que uma só existe, por ser derivada das consequências de um longo processo.

Os grupos que se mobilizaram apresentavam características políticas diversas, até mesmo polarizadas dentro cenário atual, porém, ambos apresentam as características da democracia participativa e utilizam-se do mesmo espaço para manifestações, demonstrando como um espaço público, neste caso a Praça da República, recebe as vozes de toda a sociedade.

Fica demonstrado, portanto, que a praça está mais do que viva em seu papel de receber e propagar a voz da sociedade, sendo um coração pulsante no centro da cidade de Belém e proporcionando a seus frequentadores, momentos de arte, lazer, calma e reivindicação, sobre as sombras de suas árvores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rubens de; TÂNGARI, Vera Regina. **A praça da república e seus aspectos morfológicos no desenho da paisagem de Belém.** Paisagem Ambiente: ensaios - n. 16 - São Paulo - p. 43 - 68 – 2002.

BARROS, Magaly Caldas; SERRA, Hugo Hage. **A Belém da belle époque e os roteiros geoturísticos como instrumentos de educação patrimonial.** Revista Formação (ONLINE), v. 25, n. 44, jan-abr/2018, p. 209-239.

CORREIA, Gabriel Farias Alves; COLARES, André Felipe Vieira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Onde termina o público e começa o privado? Análise da privatização da cultura na Praça da Liberdade em Belo Horizonte.** Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences Maringá, v. 39, n. 2, p. 109-120, May-Aug., 2017.

CORREIO, Lucas Catib de Laurentiis. **Manifestações públicas e privadas: ideias, ações, expressões e o caso “rolezinho”.** Quaestio Iuris, vol. 10, nº. 02, Rio de Janeiro, 2017. pp. 580-592.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia: uma introdução crítica.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA NETO, José Fernandes. **Memória em curso: caminho sensível pela cidade de Belém.** 2012. 180 fls. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Stricto Sensu em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

MOURÃO, Andressa Janaina Nascimento Borghi; PRESSLER, Neusa Gonzaga de Santana; PAJEÚ, Hélio Márcio, SOBRAL, Ana Carolina Correia. **A resignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural.** Em Questão, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 239-266, jan./abr. 2019.

RICCA JUNIOR, Jorge. **O lugar de Fala na Cidade.** IDE, São Paulo, v. 36, n. 57, p. 107-114, Junho 2014.

ROSENFELD, Denis L.. **A Questão da Democracia.** Brasília/DF: Editora Brasiliense, 1984.

TEIXEIRA, Marina da Silva. **O processo de degradação e revitalização dos espaços públicos: usos e apropriações das praças no centro histórico de João Pessoa – pb.** 2014. 131fls. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.